

## **Educação enquanto Instrumento Estratégico para a Consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS**

**Amarildo Carvalho de Souza\***

A educação sempre esteve presente enquanto principal demanda dos trabalhadores (as) rurais, registros dos primeiros encontros para organizar a fundação da CONTAG, já apontava essa preocupação.

Com a fundação da CONTAG em 1963, a educação ganha espaço e importância na pauta de reivindicação dos trabalhadores (as) rurais. Inicialmente o MSTTR participava das Campanhas de Erradicação do Analfabetismo desenvolvidos pelo poder público, o que não quer dizer que havia aceitação 'daquela' que chegava ao campo. Havia uma forte crítica ao modelo educacional, classificando-o enquanto contrário a proposta de desenvolvimento para o campo que a CONTAG defendia.

Para o MSTTR, a Educação Escolar deveria motivar o educando para: a) Despertar o para o saber; b) Despertar para o querer e; c) Motivá-los para conseguir o que necessitam. Deveria também, considerar a realidade de cada educando, a partir de métodos participativos em contra posição ao método antigo – autoritário e rígido.

As mudanças que se processavam no campo na década de 60 e 70, motivaram o MSTTR a aproximar suas propostas de educação escolar, com o mundo do trabalho. Nesse sentido, ganhou força nas pautas de reivindicações e deliberações congressuais, a necessidade de um ensino técnico público, gratuito e de qualidade, estimulador da capacidade produtiva e organizativa dos trabalhadores (as) rurais.

A Formação Sindical (ou educação não formal), foi importantíssima para a organização, fortalecimento e consolidação de uma entidade nacional recém criada. Foi o principal instrumento para construir uma identidade nacional do MSTTR. sem do seu principal desafio, a tentativa de aproximar nacionalmente do ponto de vista pedagógico, as várias ações formativas que ocorriam no campo.

---

\* Assessor da CONTAG

Apesar de não ter obtido êxito pleno, alguns elementos merecem ser destacados nessa proposta pedagógica que começava a ser construída: a) Participação ativa, uma formação que focasse o trabalhador enquanto sujeito do processo formativo; b) Formar para a ação política sindical, uma formação para a superação da condição histórica de submissão; c) Formar para a transformação social, política e econômica, seja na comunidade, no município, no estado ou no país e; d) Principalmente, respeitar as diferenças existentes.

Além da distancia que dificultavam essas ações formativas, a CONTAG enfrentava também a truculência dos grileiros, latifundiários e, a ditadura militar, que impunha um clima de terror no país. A CONTAG junto com algumas organizações resistiam bravamente. E de forma sutil, criticavam o modelo de desenvolvimento implantado pelos militares, como sendo conservadores, excludentes e insustentáveis.

Existem registros que em 1970, a direção da CONTAG confrontava o Brasil que se industrializava de forma acelerada, com o Brasil que morria de fome e afirmava que, apesar do crescimento econômico, não havia desenvolvimento: "Desenvolvimento não quer dizer somente crescimento econômico, mas também, (...) distribuição de terra e renda, justiça social e ampla participação de todos os habitantes de uma nação, incluindo-se os camponeses (...) desenvolvimento é o crescimento acompanhado de melhora, no campo social, educacional e econômico".

Apontavam também, a necessidade de atualização das bandeiras e políticas do MSTTR, incorporando: a) Políticas diferenciadas para o pequeno produtor (credito, beneficiamento e comercialização); b) Garantia de direitos trabalhistas e previdenciários e; c) Uma Educação transformadora da realidade para quem vive e trabalha no campo.

A CONTAG atravessou os anos da ditadura militar, defendendo a democratização do acesso à terra, garantia de direitos previdenciários e trabalhistas dos assalariados rurais, por uma política diferenciada para a agricultura familiar, por acesso universal à saúde, previdência e assistência social e por uma educação de qualidade.

No congresso da CONTAG, em maio de 1979, denunciou as políticas agrárias e agrícolas governamentais, responsáveis pelo agravamento da concentração de terra, aumento de conflitos sociais, pela expulsão em massa dos trabalhadores e pelas dificuldades cada vez

maiores enfrentadas pelos pequenos proprietários.

O relacionamento com outras organizações da sociedade civil é uma constante na ação política da CONTAG, sempre em apoio às lutas gerais da sociedade. Exemplos são os apoios às greves de trabalhadores urbanos, abertura política, anistia e organização intercategoria, sempre no sentido de construir caminhos alternativos que possibilitassem um novo modelo de desenvolvimento para o país.

Quando nos debates sobre a fundação de uma central sindical, a CONTAG esteve presente na coordenação dos trabalhos. Inclusive, algumas das reuniões mais importantes ocorreram no CESIR (Centro de Estudo Sindical Rural da CONTAG, em Brasília). A CONTAG já havia aprovado em congresso a luta pela criação de uma entidade que congregasse todos os trabalhadores brasileiros.

A CONTAG não participou do congresso de fundação da CUT, permanecendo autônoma até 1995, quando se filiou a CUT, o que não impediu que participasse conjuntamente com a CUT de diversas manifestações políticas nacionais antes de sua filiação.

Em toda a sua história, a CONTAG sempre buscou estabelecer um diálogo entre as demandas dos trabalhadores (as) rurais, com as demandas mais gerais da classe trabalhadora. Durante a Assembléia Nacional Constituinte, junto com outras organizações da sociedade civil, interviu de forma qualificada na perspectiva da construção de um modelo de desenvolvimento que tivesse na inclusão social e política, participação, transparência e controle social dos gastos públicos, mecanismos considerados imprescindíveis para o empoderamento da sociedade civil.

O 5º CNTR, em novembro de 1991, apontou para a necessidade de construir um projeto político que dialogasse com as demandas e prioridades do MSTTR, que fosse alternativo ao neoliberalismo e, tivesse no ser humano o centro das suas ações políticas. Projeto esse, que só viria a ser explicitado em 1995 e aprovado em 1998. Começava a ganhar forma, a idéia original do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS.

Em maio de 1994, aconteceu o 1º Grito da Terra Brasil – GTB, organizada pela CONTAG, CUT, MST, MAB, CSN, CAPOIB e Movimento Nacional de Pescadores, mobilizando mais de 100 mil trabalhadores (as) rurais que apresentavam propostas de políticas voltadas para a

população que vive e trabalha no campo.

Vale destacar, que três propostas centrais desse primeiro GTB hoje são realidade: a) uma linha de crédito específica para agricultura familiar – PRONAF; b) espaços de proposição, negociação e implementação de políticas públicas voltadas para o campo – CMDRS / CEDRS / CONDRAF e; c) uma educação do campo, que dialogue com as demandas, diversidades e potencialidades de quem vive e trabalha no campo – Diretrizes Operacionais para Educação do Campo.

No congresso da CONTAG de 1995, a educação do campo foi objeto de um maior aprofundamento, sendo aprovado que “... a escola rural deveria respeitar a cultura local e a realidade dos trabalhadores (as) rurais, priorizando pedagogias que vivenciassem as diferentes situações do meio rural, como as Escolas Famílias Agrícolas”.

Quanto à educação básica, esse congresso deliberou que “... ampliar a pressão sobre as prefeituras e órgãos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento de todos os processos do sistema de ensino. Além do estímulo à sociedade civil, por meio dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, garantindo maior controle social sobre o bom funcionamento do ensino em todos níveis de escolaridade...”.

A CONTAG processava mudanças substanciais na sua atuação política interna e externa. A Formação Sindical por exemplo, deu um salto de qualidade com a construção do PADRS, passando a ter uma referência pedagógica unificada nacionalmente, levando em conta as demandas regionais, culturais, produtivas, organizativas, sociais e as dimensões transversais de gênero, geração, raça e etnia.

Uma das ações formativas mais impactantes foi o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLs, que envolveu direta e indiretamente, mais de 30 mil lideranças e técnicos do MSTTR, em mais de 4,5 mil municípios. Estimulando uma ação maior e mais qualificada dos trabalhadores (as) rurais e suas organizações junto ao poder local, na perspectiva de promover políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

A construção do Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical, também colaborou nesse sentido. A partir de um grande diagnóstico, identificou 26 dinâmicas de

desenvolvimento. Esse projeto colaborou para reafirmar os conceitos e metodologias voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

O 7º congresso aprovou a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS, levando em conta, todo o acúmulo das mais diversas experimentações do MSTTR. Principalmente, as contribuições decorrentes dos cinco grandes Seminário Regionais, envolvendo organizações parceiras, além de estudiosos do assunto, resultando em uma nova concepção de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nesses seminários regionais e nos debates posteriores, o Professor José Eli da Veiga apresentou seus estudos sobre o tamanho desse Brasil rural, identificando cerca de 4.485 municípios com fortes características rurais e com uma população estimada em 70 milhões de pessoas.

No contexto dessa ruralidade, a atuação da CONTAG, Federações e Sindicatos é estratégica, enquanto estimuladores de processos de desenvolvimento local sustentável. Estratégica também, para estimular a construção de relações sociais inovadoras, que incorporem a solidariedade e cooperação mútua, em contraposição ao individualismo, uma marca característica do neoliberalismo.

Os princípios do PADRS podem ser assim apresentados: Uma ampla e massiva Reforma Agrária; Expansão, valorização e fortalecimento a agricultura familiar; Geração de emprego e renda no campo; Políticas sociais incluídas; Sustentabilidade e; Promoção da auto-estima e cidadania. Esses princípios articulam-se e são articulados por políticas transversais de gênero, geração, raça e etnia e meio-ambiente

Esse projeto não se trata de uma pauta de reivindicações, mais de uma contraposição ao modelo de desenvolvimento proposto pelo neoliberalismo, tendo o ser humano enquanto elemento central do PADRS.

Alguns pressupostos do PADRS:

1. apesar de estar voltado para o campo, se propõe a compor um projeto político de sociedade que articule o campo e a cidade;
2. Precisa ser entendido como processo, logo, em permanente processo de construção;

3. propõe-se a estimular a Inclusão social, política e produtiva de mulheres e jovens;
4. é sistematizado cotidianamente por todos trabalhadores (as) rurais, a partir da busca permanente de superar as dificuldades produtivas, organizativas e políticas;
5. a educação deve ser compreendida enquanto instrumento estratégico e; o sucesso desse projeto depende da construção de alianças e parcerias sólidas.

Buscando aprofundar o debate sobre as questões centrais do PADRS, inclusive conceitual, a CONTAG constituiu espaços de reflexão, aprofundamento e integração do MSTTR, com as elaborações acadêmicas ou não, em curso àquele momento.

- O I Fórum em agosto de 1999, sobre Desenvolvimento Rural Sustentável.
- O II Fórum em dezembro de 1999, sobre Processos de Organização de Base, Educação, Gestão Participativa e Políticas Públicas.
- O III Fórum em Julho de 2000, sobre Instrumentos de Gestão Participativa, Sistemas de Gestão para Sustentabilidade da Agricultura Familiar e Estratégias de Gestão para a Inserção da Agricultura Familiar no MERCOSUL.
- O IV Fórum em novembro de 2000, sobre a importância estratégica da Educação do Campo para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Algumas Orientações estratégicas sobre Educação do Campo, construídas pelo MSTTR:

- Deve ser uma educação libertadora, associada a uma prática libertadora;
- Deve ser buscar 'Educar' para a mudança
- A educação popular constrói sujeitos transformadores da história, dentro e fora da escola;
- Considerar a criação do saber como um valor fundamental da experiência humana;
- Aulas, cursos e eventos formativos devem se encher de vida;
- A educação deve estimular o desenvolvimento de todas as nossas capacidades transformadoras
- Estimular possibilidades de mudanças nas práticas cotidianas, e na capacidade de olharmos criticamente essas práticas;
- Estimular a sistematização de experiências;

Desde meados da década de 90 que o MSTTR vem construindo, ajustando e aprimorando seu projeto político – PADRS. Nessa caminhada, a educação do campo vem crescendo em importância e consolidando-se enquanto estratégica para esse projeto político. Logo, vários espaços específicos para reflexão e aprofundamento dessa proposta de educação foram

constituídos. Alguns desses merecem ser destacados por sua importância:

**a)** Em 1999, foram 05 encontros regionais e 01 encontro nacional.

**b)** Em 2000, foram 05 seminários regionais e 01 nacional.

**c)** Em 2001 e 2002

❖ Oficina de construção das Diretrizes Operacionais de Educação Básica das Escolas do Campo, com a participação da CONTAG, FETAGs, MOC, UnB, UNEFAB, SERTÃ, IRPAA, Casas Familiares, CUT e outros;

❖ Consolidação do grupo permanente de trabalho sobre Educação do Campo no MEC;

❖ Consolidação da Câmara Técnica em Educação do CONDRAF

❖ Três fatos distintos, porém relevantes, ocorreram nesse período, com forte impacto em nossa proposta de desenvolvimento para o campo e em nossa proposta de educação:

- A deliberação no 8º congresso da CONTAG, pela constituição da Comissão Nacional para Educação;
- Contratação de uma assessora específica para tratar a Educação do Campo na CONTAG;
- Eleição de Lula à Presidência da República, com o apoio do MSTTR desde o primeiro turno;

**d)** Em 2003 a 2005

❖ Elaboração e implementação do projeto Desenvolvimento Territorial Sustentável e Educação do Campo, no qual essa capacitação corresponde a uma das etapas (convenio CONTAG / SDT).

### **1ª Etapa**

Realizada entre 2003 e 2004

### **2ª Etapa**

Iniciada em 2004, e concluída em 2005

O 9º congresso qualifica ainda mais o projeto político do MSTTR, demonstrando que o principio “.. construção permanente...”, é levado a pratica. Dentre as varias deliberações nesse sentido, vale destacar algumas que dialogam com o objeto dessa capacitação:

- 1) Foi aprovada a inclusão de mais um ‘S’ no projeto, passando a ser Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS. Dando maior visibilidade a solidariedade no projeto político do MSTTR;
- 2) Reafirmação do PADRSS enquanto contraponto ao neoliberalismo;
- 3) A Educação do Campo passou a ser um dos pilares do PADRSS, ao lado em<sub>7</sub>

- importância, da reforma agrária, agricultura familiar e os assalariados (as) rurais;
- 4) Consolidação das propostas de inclusão de jovens e terceira idade;
  - 5) Criação de Secretaria do Meio Ambiente no MSTTR;
  - 6) Aprova-se um grande processo de 'escuta' da base e de parceiros, na perspectiva de atualização e ajustes do PADRSS

A partir das últimas reflexões congressuais, o PADRSS entende que:

- a) Toda ação educativa desenvolvida junto às populações rurais, fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações;
- b) A escola por si só não constrói o PADRSS, mas, não há como implementar um projeto político, sem um projeto de educação no campo;
- c) A educação do campo que queremos, deve:
  - ❖ Contribuir na construção de um projeto de sociedade
  - ❖ Aprender do cotidiano do campo, contudo, não deve perder a unidade com as diretrizes gerais.
  - ❖ Estimular a construção, sistematização e fortalecimento de uma memória coletiva das comunidades.